

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

PROCESSO: TCE/RJ nº 242.747-9/19
ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA -
MESQUITAPREV
ASSUNTO: Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício 2018

DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3

Art. 131-A do Regimento Interno

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
ATENDIMENTO INSATISFATÓRIO A DECISÃO
MONOCRÁTICA. CANCELAMENTO DE CERTIFICADO
DE REVELIA. COMUNICAÇÃO.**

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Em sessão de 08/03/2022, proferi decisão Monocrática vazada nos seguintes termos:

*Pela **NOTIFICAÇÃO** da Sra. Cátia da Silva Ferraz, atual Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos da Lei Orgânica deste Tribunal, em vigor, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa pelo não atendimento à decisão Monocrática proferida em 17/12/2021, bem como encaminhe os documentos e esclarecimentos a seguir elencados, com a finalidade de sanear o presente processo, alertando-a para o disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90:*

DOCUMENTOS

1 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contendo o Quadro principal e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

2 - Composição do valor registrado na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores" de R\$78.154,17, no balanço patrimonial;

3 - Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução;

4 - Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011;

5 - Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

6 - Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

ESCLARECIMENTOS

1 - Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;

2 - Quanto às inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial:

2.1 - O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94;

2.2 - O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6, abaixo:

(...)

2.3 - O Patrimônio Líquido registrado na coluna "exercício anterior" de R\$98.028.428,41 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.4 - O Saldo Patrimonial registrado na coluna "exercício anterior" de R\$69.358.550,42 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.5 - O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7, abaixo:

(...)

2.6 - O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00;

3 - Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

(...)

Tendo em vista que, expirado o prazo previsto, não houve atendimento à decisão acima reproduzida, foi emitido o Certificado de Revelia nº 528/2022, em nome da Sra. Catia da Silva Ferraz, Diretora Presidente do MESQUITAPREV, que, não obstante, apresentou, intempestivamente, os esclarecimentos e documentos constantes do Doc. TCE/RJ nº 9.778-2/22.

Após análise dos elementos apresentados, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, em instrução de 13/10/2022, sugere o seguinte:

*I – **CANCELAMENTO** do Certificado de Revelia n.º 528/2022.*

*II - **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do § 1º, do artigo 26, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167/92, para que encaminhe os documentos e/ou preste os esclarecimentos a seguir elencados:*

DOCUMENTOS

*1 - Quadro **principal** Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17.*

2 – Composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$78.154,17, no balanço patrimonial.

3 - Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução.

4 – Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011;

5 - Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

6 - Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

ESCLARECIMENTOS

1 – Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18.

2 – Quanto às inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial:

2.1 - O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94;

2.2 - O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6, abaixo:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	24.343.692,65
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.506.280,38
Resultado Patrimonial do Período (A)	18.837.412,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,76
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	100.191.897,17
Diferença (F)= (D)-(E)	-28.465.636,97

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 250/255, DVP - fls.243 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC 2017.

2.3 - O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” de R\$98.028.428,41 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.4 - O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” de R\$69.358.550,42 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.5 - O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7, abaixo:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	100.191.897,17
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	1.337.341,62
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	98.854.555,55
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	99.057.976,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-203.421,07

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.250/255 - Anexo I do BO, fl. 246 e Anexo 13, fl. 249.

2.6 - O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00;

3 - Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL:

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(F), (G) e (H) - O Instituto não possui responsável patrimonial, em 2018 foi utilizado o ativo imobilizado da Prefeitura de Mesquita e não havia estoque de material em almoxarifado.

(I) A divergência neste item refere-se a erros na contabilização das receitas e perdas de investimento e em uma situação foi observado falta do registro de resgate de investimento, que foi corrigido em janeiro de 2019.

(M) Em 05 de dezembro de 2018 foi observada transferência de valor para a conta da Prefeitura, achei o processo que deu origem a despesa, mas não havia empenho nem liquidação, estamos verificando uma maneira de contabilizar esta despesa no exercício de 2020.

O Ministério Público Especial, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, em parecer datado de 17/10/2022, manifesta-se no mesmo sentido do proposto pelo Corpo Instrutivo.

É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

Ao proceder ao exame da documentação apresentada pela jurisdicionada, a CAC-GESTÃO manifesta-se da seguinte forma:

RESPOSTA (Doc. 009.778-2/2022):

Síntese do argumento:

“A atual diretora assumiu a Gestão deste Instituto em 20 de janeiro de 2021 e se deparou com inúmeras pendências administrativas e de rotina a serem regularizadas, inclusive junto à Egrégia Corte.

Fato é que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita funciona no 3º andar, do Prédio do Fórum deste município, em espaço cedido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando submetido às regras impostas pelo Tribunal para o trânsito de pessoas no local, dada a Pandemia de COVID-2019.

(...)

Ressalta-se, outrossim, que o município de Mesquita foi devastado por fortes chuvas neste Ano corrente, fato notório publicado pela mídia, causando enormes prejuízos, desabrigados e óbito de munícipe. Estimou-se perdas em torno de 7 milhões (sete milhões) de reais, entre moveis, computadores e outros, o que também paralisou a rotina de trabalho, haja vista que o TI que atende também a este Instituto ficou submerso, logo, inoperante. Foram dias difíceis, sem computador, internet e sistema operacional de trabalho.

Devido ao cenário caótico, foi decretado estado de emergência no município, conforme comprova Diário Oficial anexo.

Sendo assim, esclarecidas as inúmeras impossibilidades de Resposta anteriormente ao TCE-RJ por esta signatária, com a finalidade de elidir eventual revelia e com o escopo de atender a Determinação, em razão da vinculação de ações apontadas no processo supracitado, tem-se o que segue:

Informo que em relação aos DOCUMENTOS mencionados:

Item 1: encontram-se nas fls. 79/87.

Item 2: Considerando que os “Ajustes de Exercícios Anteriores” se relacionam diretamente com valores lançados em exercícios anteriores. Contudo, a Contadora apontou mas não corroborou sua assertiva. Desta maneira, compromete-se a atual gestão a tomar providencias saneadoras para equalizar tais inconsistências.

Item 3: no Demonstrativo dos Investimentos apresentado, conforme fls. 73/74, onde alega erros nos lançamentos das Receitas e Despesas, porém não evidencia-se o quadro Modelo 11 no processo em pauta, nem tampouco sua correção de forma consolidada em balanço financeiro, conforme deveria ter feito a servidora que faz tal assertiva.

Itens 4, Item 5: Informação não enviada.

Item 6: Informação nota 2.

Em relação aos ESCLARECIMENTOS: Referente as inconsistências Contábeis encontradas na Prestação de Contas de 2018, informo que todas as medidas para que seja sanada tais divergências estão sendo tomadas para que possa haver consistências nos valores informados, como também, na veracidade das informações emitidas considerando que a Servidora Renata Reis Alves e Leandro Machado Ferreira não se encontram mais no Quadro do Instituto de Previdência dos servidores Públicos do Município de Mesquita – Mesquitaprev, somado ao fato de que todos os apontamentos feitos em suas Notas, a Diretora de contabilidade da época, Sra Renata Reis Alves, não acosta qualquer documento que corrobore com seus apontamentos.

(...)”

ANÁLISE:

Preambularmente, ressaltamos que a responsável anexa a petição cadastrada copia do decreto 3170/2022, documento às fls. 420, que suspendeu as atividades do Poder Executivo em função de intempéries, justificando o atendimento intempestivo ao deliberado por esta Corte.

Tecidas as preliminares, analisaremos o mérito apresentado consubstanciado nos documentos/esclarecimentos de fls. 425/447.

DOCUMENTOS

1 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contendo o Quadro principal e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17.

Apresentado, às fls. 439/447, os quadros I e II (débitos e créditos não contabilizados), restando o encaminhamento do quadro principal, onde concluímos pela razoabilidade das justificativas dos eventos (tarifas bancárias, consignado não baixado, transferências para conta geral da Prefeitura, contribuições previdenciárias, resgate de investimentos). Em texto de fls. 431/434 foi asseverado que as pendências foram devidamente regularizadas no exercício de 2019.

Apontaremos em nossa proposta de encaminhamento o envio do quadro principal.

2 - Composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$78.154,17, no balanço patrimonial.

A resposta apresentada não esclarece a composição da rubrica ajuste de exercícios anteriores: “Considerando que os “Ajustes de Exercícios Anteriores” se relacionam diretamente com valores lançados em exercícios anteriores. Contudo, a Contadora apontou mas não corroborou sua assertiva. Desta maneira, compromete-se a atual gestão a tomar providencias saneadoras para equalizar tais inconsistências.”

Será considerado na proposta de encaminhamento.

3 - Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução.

Documento não apresentado, destacando-se a justificativa, de fls. 418, que não atende ao requerido: “no Demonstrativo dos Investimentos apresentado, conforme fls. 73/74, onde alega erros nos lançamentos das Receitas e Despesas, porém não evidencia-se o quadro Modelo 11 no processo em pauta, nem tampouco sua correção de forma consolidada em balanço financeiro, conforme deveria ter feito a servidora que faz tal assertiva.”

4 - Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

5 - Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

Não apresentado, vide fl. 418: “Itens 4, Item 5: Informação não enviada.”

6 - Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

Não apresentado.

ESCLARECIMENTOS

1 - Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;

2 - Quanto às inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial:

2.1 - O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94.

2.2 - O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6, abaixo: (...)

2.3 - O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” de R\$98.028.428,41 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18.

2.4 - O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” de R\$69.358.550,42 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18.

2.5 - O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7, abaixo: (...)

2.6 - O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00.

3 - Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber: (...)

Resposta (fl. 423):

“Em relação aos ESCLARECIMENTOS: Referente as inconsistências Contábeis encontradas na Prestação de Contas de 2018, informo que todas as medidas para que seja sanada tais divergências estão sendo tomadas para que possa haver consistências nos valores informados, como também, na veracidade das informações emitidas considerando que a Servidora Renata Reis Alves e Leandro Machado Ferreira não se encontram mais no Quadro do Instituto de Previdência dos servidores Públicos do Município de Mesquita – Mesquitaprev, somado ao fato de que todos os apontamentos feitos em suas Notas, a Diretora de contabilidade da época, Sra Renata Reis Alves, não acosta qualquer documento que corrobore com seus apontamentos.”

CONCLUSÃO: não atendimento.

Pelo exposto e examinado, tendo em vista que os elementos apresentados pela atual responsável não foram suficientes para sanear os autos, considero acertada a análise empreendida no processo, manifestando-me, dessa forma, **DE ACORDO** com as proposições do Corpo Instrutivo, corroboradas pelo douto Ministério Público Especial, e

DECIDO:

I – Pelo CANCELAMENTO do CERTIFICADO DE REVELIA nº 528/2022;

II – Pela COMUNICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 26 c/c art. 34-A do Regimento Interno deste Tribunal, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, contados da ciência da presente decisão plenária, apresente os documentos e esclarecimentos discriminados no Relatório deste Voto, alertando-o para o que prevê o artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte.

GCS-3,

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto